

GOVERNO REAGE À MANIFESTAÇÃO DOS GUINEENSES E AVISA

O executivo cabo-verdiano promete punir e repatriar os emigrantes guineenses que, na quarta-feira última, se manifestaram de forma ilegal, na Praia, e apedrejaram o Palácio do governo. Três dos envolvidos no motim já estão presos e deviam ser expulsos do país até hoje, 11. Tanto o primeiro-ministro como o ministro da Administração Interna avisam que em Cabo Verde as instituições funcionam e a cidade da Praia não vai aceitar o desacato às autoridades e incumprimento das leis nacionais por quem quer que seja.



“Não vamos tolerar desacato às autoridades”

A reacção mais forte do governo sobre o referido motim surgiu em S. Vicente, através do primeiro-ministro, que se encontrava em visita de trabalho àquela ilha. Em declaração à imprensa, José Maria Neves, adverte os manifestantes da Guiné-Bissau que em Cabo Verde as instituições funcionam e que o presumível assassino já foi preso e entregue à justiça, pelo que o Governo irá ser firme com aqueles que realizaram uma manifestação ilegal, desrespeitaram as leis cabo-verdianas e perturbaram a ordem pública na Cidade da Praia.

O chefe do executivo anuncia que, na sequência do acordo, a cidade da Praia punirá e repatriará todas aquelas que prevaricarem face à lei. “A polícia está a tomar medidas e aqueles que prevaricarem serão necessariamente punidos e os ilegais serão imediatamente repatriados do país. Em Cabo Verde há ordem, há tolerância, há democracia, mas é preciso que todos respeitem escrupulosamente as institui-

ções da República”.

O ministro da Administração Interna garante a este jornal que três dos envolvidos na manifestação de quarta-feira estão já presos e que devem ser expulsos de Cabo Verde até hoje, sexta-feira. Júlio Correia acrescenta que a Polícia vai continuar com as rusgas para identificar os outros cabecilhas e ilegais que participaram no mencionado motim.

Correia lembra que Cabo Verde é um Estado de direito democrático, onde todas as instituições trabalham normalmente. “Estando o homicida preso, não percebo porquê a realização de uma manifestação de forma ilegal, que perturbou a ordem pública na cidade da Praia e em Cabo Verde”.

O governante garante que, logo depois da manifestação, se reuniu com as chefias da Polícia da Ordem Pública e deu instruções claras para serem cumpridas. “Dei instruções claras para que os responsáveis pela realização da manifesta-

ção sejam punidos exemplarmente. E se as pessoas que cometerem o crime são ilegais serão imediatamente expulsos do nosso país. Cabo Verde é um Estado de direito democrático e não vamos tolerar a perturbação da ordem pública”, diz o MAI, acrescentando que o governo está a tomar um conjunto de medidas com vista a reforçar a segurança no país e na capital, em particular.

A manifestação de quarta-feira aconteceu no momento em que o Presidente da República, Pedro Pires, cumpria o seu último dia de visita oficial àquele país-irmão. Apesar das medidas de expulsão dos envolvidos na manifestação de quarta-feira anunciadas pelo governo, o ministro da Administração Interna realçou que os emigrantes da Guiné-Bissau radicados no território nacional são cidadãos estrangeiros que trabalham com honestidade em Cabo Verde.

ADP

Sexta-feira, 18 de Março de 2005



“Kasu bodi” atormenta Praia

serão colocados nas ruas para tentar garantir a segurança dos cidadãos de bem.

Nem as recentes medidas avançadas pelo executivo, para reforçar a segurança e a ordem pública na capital, parecem intimidar os menos escrupulosos. Prova disso é que o passado fim de semana e início desta ficaram marcados por uma onda de crimes onde ninguém se livrou de ser vítima, nem pela idade nem pela condição. É o caso de Maria, grávida de seis meses, e da sua filha de quatro anos, assaltadas à porta da sua residência em Achada Santo António, no sábado à noite.

Maria, a sua filhinha e uma amiga voltavam de um convívio quando tudo aconteceu. “Estava com a minha filha às costas, preparando-me para entrar em casa e nem percebi quando um indivíduo, escondido atrás do meu carro, se aproximou de nós. Ele levou a minha carteira contendo telemóvel, dinheiro e alguns documentos”. Ainda bem que, continua, “já tinha tirado a chave de casa da bolsa”.

Uma outra vítima foi atacada, agora na Fazenda, na tarde de segunda-feira, por um bando denominado de Tug's. “Júlio” conta: “Fui abrir as luzes do meu estabelecimento, por volta das 18h 45 e no caminho para casa, cerca de 10 a 13 jovens da Calabaceira - com idades compreendidas entre 12 e 20 anos - vieram na minha direcção. Perguntei-lhes se eles não iam sair da estrada e me deixar passar. Quando parei a viatura, um deles tentou tirar o meu cordão. Foi então que eu saí do automóvel e eles me atacaram. Como estavam em vantagem arranharam-me o rosto e atingiram-me

com uma pedra nas costas”.

Instalada a confusão, o agredido diz ter corrido para uma oficina, onde costuma consertar o carro e foi quando os seus agressores começaram a dispersar. “No caminho encontraram uma senhora e quando ela perguntou-lhes porque estavam a agir daquele jeito acertaram-lhe com uma pedra na cabeça”.

A sorte destas duas pessoas foi que a polícia apareceu naquele instante e conseguiu pegar um dos delinquentes que mais tarde identificaria o resto dos Tug's. De referir igualmente que os Tug's, além de pessoas no meio das estradas, andam a atacar escolas.

Entretanto, estes não são casos isolados. Muitos outros vêm acontecendo e há quem diga que já não se pode fazer um simples jogging na avenida sem correr o risco de ser assaltado. Há dias uma mulher foi abordada por um suspeito. Este, não encontrando o que roubar, levou-lhe a aliança, único bem de que dispunha no momento.

E na onda de violência, esta terça-feira, a viatura da jurista Teresa Barbosa Amado foi incendiada à porta da sua residência, na Praça do Palmarejo. Até ao fecho desta edição o caso encontrava-se em investigação. Entretanto, segundo o guarda do prédio, um grupo de três homens teria sido visto nas redondezas minutos antes de deflagrar este fogo-posto, que destruiu um jeep com menos de um ano, e avaliado em cerca de quatro mil contos.

As autoridades ainda andavam a braços com este caso quando horas mais tarde seriam informadas que um imigrante de 24 anos, oriundo da Guiné-Bissau, fora mortalmente esfaqueado à saída de uma loja, na Fazenda, por um suposto consumidor de drogas que lhe queria roubar uma cabeça de camping gás.

Identificado, o suposto autor do homicídio - um jovem toxicodependente que dias antes saíra do hospital psiquiátrico da Trindade - segundo fontes policiais, foi apresentado

ao Tribunal na tarde de quarta-feira, e hoje deve estar a aguardar o julgamento em prisão preventiva na cadeia central de São Martinho.

Mas a captura do suposto homicida não satisfaz os cidadãos da costa oeste-africana que, no dia seguinte, através de uma manifestação ilegal, quiseram invadir o Palácio do Governo. Para acalmar os ânimos, as polícias de intervenção e militar tiveram que intervir usando gás lacrimogéneo e balas de borracha.

Insegurança angústia polícias

O clima de insegurança que se vive na capital do país vem angustiando a própria polícia, a ponto de um alto responsável, que não quis ser identificado, confidenciar que estão a sentir na pele a sensação de insegurança, já que a população reclama que a polícia não a protege. “Mas não somos os salvadores do mundo. Fazemos o que está ao nosso alcance para garantir a segurança dos cidadãos”, garante.

Ainda segundo aquele responsável, “com o reduzido número de efectivos e de meios fica difícil garantir a segurança que a população tanto reclama. À noite só temos duas viaturas e dois telefones, grátis, para uma população com a dimensão da Praia, sem contar que às vezes são os próprios cidadãos que em vez de nos ajudar a identificar os criminosos, nos atrapalham com trotes”.

A falta de espaços para colocar desde drogados e doentes mentais aos menores infractores é outra das dores de cabeça para a polícia que não tem outro remédio senão deixá-los à solta. Entretanto, a nossa fonte acredita que os moradores da Praia poderão ter dias mais tranquilos, dentro de um mês, quando os cerca de cem agentes que neste momento se encontram em formação forem colocados nas ruas.

PM

Com dias mais calmos e outros nem por isso, a insegurança continua a ser uma das principais preocupações dos moradores da capital. E pode-se dizer que no fim-de-semana passado e no início desta, a bruxa esteve solta, já que de tudo um pouco aconteceu, desde homicídio, passando por fogo-posto até aos famosos “kasu bodi”. Um cenário que vem inquietando a própria polícia, que, no entanto, espera ver a situação acalmar dentro de um mês, altura em que cem novos efectivos

CAMIONISTAS DE SÃO VICENTE EM SITUAÇÃO DIFÍCIL

Vítimas da concorrência dos cole

Sexta-feira, 18 de Março de 2005

Os 150 camionistas no activo em São Vicente estão em apuros para assegurar o “pão de cada dia” às suas famílias. Os seus camiões estão ultrapassados, o trabalho é escasso e mal distribuído e como se não bastasse a concorrência lançou mão da lei do salvasse quem puder aplicando tarifas impensáveis ou recebendo em espécie. A Associação dos Camionistas de São Vicente (ACSV) não tem forças para reagir porque se encontra em situação irregular, daí a sua direcção, ainda em funções, optar por deixar os camiões rodarem ao sabor da vontade de seus donos.

Por: CONSTANÇA DE PINA



A longa fila de camiões imobilizados nas praças e pontos de paragem, entra dia sai dia, denuncia a inactividade da classe dos camionistas em São Vicente. Camionista há mais de 30 anos, João António Lima garante que já desistiu de sobreviver com o rendimento de seus três camiões. Os documentos dessas viaturas estão em dia, mas prefere deixar os camiões à porta da sua casa porque “*não vale a pena gastar combustível para ir à praça*”. “*Hoje trabalho sobretudo quando alguém me telefona. Faço o frete, apresento a factura e volto a parar na porta da minha casa*”, revela Lima, ao mesmo tempo que dá números: em Fevereiro um dos seus camiões fez dois fretes, transportou uma carga de cimento e prestou um serviço à Câmara Municipal.

Alguns camionistas, em desespero, estão a dar baixa nas suas licenças. Outros, como é o caso de Cecílio Lima, camionista há mais de 40 anos, segundo Jaime Lima, optaram por desfazer-se dos camiões, único meio de sobrevivência da sua família. A justificação? A situação que já era difícil complicou-se com a atribuição de licenças de transporte terrestre à Sociedade de Transportes Marítimos, proprietária do navio Tarrafal, e a duas empresas de atrelados. “*O Tarrafal atraca no Porto Grande e seus traillers vão aos armazéns de empresas, que antes nos davam trabalho - Moave, Cintila, Fábrica de Sabões, etc, carregam e são rebocados até o barco. Em tom de brincadeira, porque não vale a pena esperar, dizemos que Tarrafal deita as amarras na porta dos armazéns. Quanto às empresas de atrelados, não podemos competir com elas em termos de capacidade*”.

Mas estes camionistas já tiveram os seus tempos áureos. Foram eles que trabalharam na construção do cais, Cabnave e outras importantes infra-estruturas de São Vicente. Eram reconhecidos e ganharam muito dinheiro. Mas, poucos estavam com os olhos no futuro, isto é, não modernizaram a sua frota. Hoje, os camiões, alguns com mais de 40 anos, não conseguem competir com as empresas de transportes. “*A globalização deu cabo de nós e as autoridades, locais e central, nos abandonaram à nossa sorte*”, assim comentam os mais fatalistas.

Mas ainda há quem lute para reverter esse quadro. Jaime Lima conta que, em Janeiro passado, fez uma intervenção na Assembleia Municipal onde, sem papas na língua, relatou o dra-



ma dos camionistas e, com dados, mostrou aos eleitos locais que a classe não tem como honrar os compromissos para com o município, a nível dos impostos. O município prometeu agendar um encontro com os camionistas para analisar as informações e reagir às propostas de suspensão do pagamento dos impostos.

ALTERNATIVAS AOS RISCOS

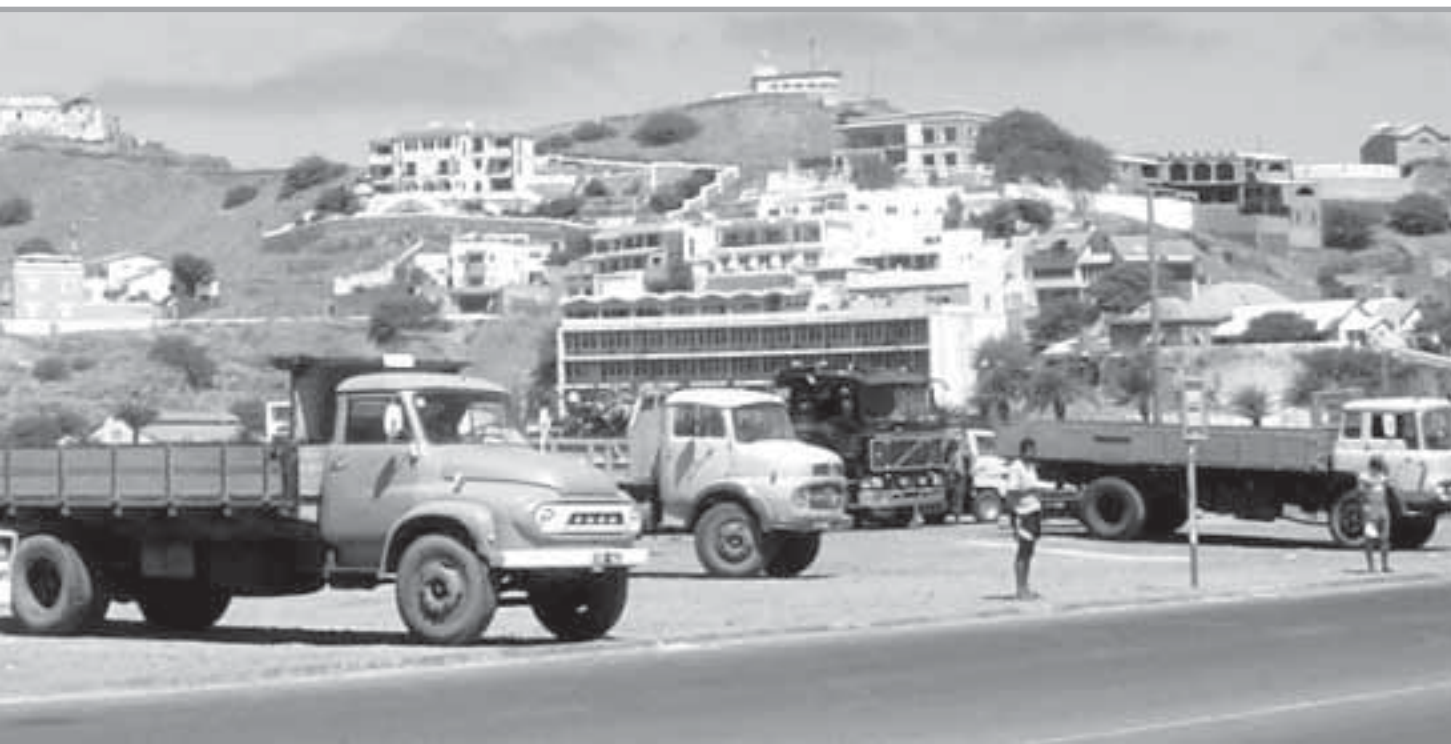
O presidente da Associação dos Camionistas de São Vicente (ACSV) reconhece que a frota actual está ultrapassada em relação ao, grau de desenvolvimento de São Vicente e à qualidade de trabalho que prestam ou que lhes é exigido. Foram propostas alternativas para revitalizar a classe, mas estas eram demasiado arriscadas. Jorge Joaquim Soares lembra, por exemplo, que o então ministro das Finanças, Ulisses Correia e Silva, reuniu com os camionistas e apresentou-lhes três opções: vender os camiões e associar-se à Transcor, recorrer à banca e investir em outra área e/ou comprar uma viatura que lhes permitisse competir com as empresas. “*Nenhuma dessas medidas era viável mas, como nos garantiram que havia dinheiro, agilizámos os documentos e apresentámo-los no*

SOBRE

E os muitos problemas que os afligem os camionistas apontam a sobrecarga fiscal, sem que disso retirem qualquer contrapartida. Jaime Lima saca documentos para mostrar que, por exemplo, pagava 820 escudos por uma vistoria trimestral e agora paga quase o dobro, 1.620 escudos, o direito de licença subiu de 2.020 para 4.020, e o IUR foi de 14 mil para 16 mil, sem contar com o imposto de circulação, de que eram isentos, e que agora são obrigados a pagar. “*Pagamos demasiados impostos e não recebemos nada em troca, sobretudo agora que a questão do território não se coloca porque as viaturas do Tarrafal circulam na Praia e no Mindelo, com o mesmo à-vontade e as empresas de camiões-atrelados levam e trazem cargas de Santo Antão, embora paguem o imposto de circulação em São Vicente*”.

Sobre estas empresas de camiões - atrelados em particular -, os camionistas garantem que conseguem conviver com elas e disputar o mercado tranquilamente e sem grandes problemas, até porque são nacionais que estão activos e, felizmente, conseguiram andar para a frente. Posição mais crítica mostram, entretanto, em relação às empresas privadas,

Legas, reprimidos pelas empresas



Gabinete das Privatizações. O responsável, José Luís Sá Nogueira, disse-nos que a ideia era que os camionistas deviam constituir-se em empresas e, como não era o caso, devíamos aguardar. Hoje vejo que foi uma estratégia para ganhar tempo, porque as eleições estavam próximas e tinham de nos dar uma satisfação, sem ferir sensibilidades”.

E felizmente que ninguém accionou os 33 mil contos disponibilizados pelo MF. Se isso tivesse acontecido, frisa Jaime Lima, estaríamos suspensos por um fio porque os camionistas estariam sem trabalho, amarrados à banca e correndo o risco de perder outros bens, como as suas casas, que adquiriram por outros meios. “Contrapomos com uma solução paliativa que, acreditamos, poderia amenizar a situação. Esta consistia no abatimento de algumas licenças e, com isso, reduziríamos a frota. As pessoas que quisessem aderir a ‘essa reforma antecipada’, receberiam uma compensação, calculada em função dos anos de trabalho dos seus camiões”.

Mais uma vez, a resposta foi um silêncio incómodo. Mesmo assim, e por iniciativa própria, alguns camionistas conseguiram comprar camiões mais modernos, embora não fossem

zero quilómetros e é com essas viaturas, hoje ultrapassadas, é que estão a assegurar a sobrevivência da família. Outros camionistas economicamente mais fortes criaram pequenas empresas de transporte, que entretanto não têm nenhuma responsabilidade na situação dos camionistas, segundo o próprio presidente da ACSV. “Temos um estatuto que os associados não seguem e, exactamente por isso, não temos forças para impor. É verdade que esta direcção já ultrapassou os prazos legais, mas ninguém quer assumir a Associação. Enquanto isso, suspendemos o pagamento das quotas e a distribuição de trabalhos, que era um dos objectivos da ACSV, e que vinha sendo feito pela ex-Empa”.

Entretanto, segundo esse responsável, a hora é de união da classe para enfrentar o mercado e as suas novas regras. Isso porque, por causa da desunião reinante, os camionistas estão a ser esmagados pelas leis da concorrência e humilhados pelas empresas. É isso que vem acontecendo, segundo Ernesto Monteiro, presidente do Conselho Fiscal da ACSV, na Moave e Cimentos de Cabo Verde, por exemplo, que só dão trabalho para os “Camiónes da Casa”. Entretanto, estes não são pro-

priedade dessas empresas.

“A ACSV contactou o delegado da CCV para saber o que se estava a passar e este nos respondeu que só trabalha com esses camiões, quatro para ser exacto, porque recebe deles uma comissão de 10 por cento, sobre o preço final. Expusemos esta situação aos accionistas maiores, pessoalmente e por carta, mas não recebemos nenhuma resposta. E esses camiões continuam no seu mundo particular, claro, trabalhando”, revela Monteiro, ressaltando que na Moave montaram um bloqueio, o que levou a direcção a abrir as portas a todos os camiões de São Vicente, sem o preterir pelos tais “camiões da casa”.

Mas essa mobilização e dinâmica da ACSV é de uma outra época, quando a direcção estava em funções, de facto, e os sócios, mais de metade dos camionistas de São Vicente, depositavam confiança nesse órgão. “Somos responsáveis por tudo o que nos está a acontecer porque, mesmo estando ultrapassados, quando nos empenhamos em defender alguma causa que nos beneficiará a todos, aparecem alguns camionistas, inclusive sócios da ACSV, a estragar o trabalho feito”, sublinha Jorge Joaquim Soares.

E é com exemplos que esse responsável ilustra a luta interna dos camionistas onde “cada um puxa a brasa para a sua sardinha”. Conforme Soares, após vários dias de negociações com uma empresa para garantir um preço justo e distribuição equitativa de tarefas, a direcção da ACSV foi surpreendida por uma lista de camionistas, exibida pela entidade empregadora, integrando inclusive sócios da associação, que se disponibilizavam para trabalhar e receber a compensação em espécie. “Isso nos desalentou profundamente, mas não culpamos a empresa porque também eu, se tivesse uma empresa, iria aceitar a proposta dos camionistas. A empresa ganha duas vezes porque paga menos por um serviço e tem certeza que vai escoar um determinado produto sem grandes esforços”.

Mas esses desmandos não se restringem às empresas comerciais. Os camionistas apontam, em jeito de exemplo, o seu relacionamento com as petrolíferas Enacol e Shell. A primeira, Enacol, assegura Jaime Lima, paga 650 escudos/hora, quer prestem serviços de dia ou de noite. No entanto, a tabela, que foi aprovada há oito anos, estabelece que o trabalho com combustível deve ser remunerado em 1.275 escudos/hora, acrescido de mais 30% se a carga ou descarga for efectuada à noite. Enquanto que a Shell paga 975 escudos vazio e 1.250 escudos cheio. “As petrolíferas não respeitam a tabela porque não há ninguém para fiscalizar a sua aplicação e nós, os camionistas, não recusamos trabalho porque, como se diz por aí ‘quando há boa fome, não há mau pão’. E nesses oito anos, os combustíveis aumentaram sete vezes. Mas, reafirmo, temos a nossa quota de responsabilidade em tudo o que estamos a colher”.

Mas hoje, segundo esse responsável, os camionistas que abriram esse precedente querem fazer marcha atrás e recuar ao tempo em que a tabela era para ser cumprida. Porém as empresas ignoram os seus argumentos e a certeza é que os camionistas, sozinhos, não conseguem virar esse jogo a seu favor. “Primeiro fixaram o preço do saco de cimento a dez escudos. Quando houve aumento de combustíveis fomos lá para saber se haveria um pequeno reajuste, o que não aconteceu porque vieram colegas nossos oferecer valores mais baixos. Quem de direito tem de se sentar com os camionistas e procurar formas de resolvermos esse impasse”.

CARGA FISCAL

pequenos investidores e mesmo emigrantes que, frisam os camionistas, trazem os seus camiões para realizar obras particulares e depois começam a fazer fretes, sem que a polícia reaja. Neste caso em concreto, de acordo com Lima, uma vez a secção de Trânsito da POP resolveu agir e, inclusive, apreendeu algumas viaturas ilegais. Mas neste caso, observa, os condutores não facilitam o trabalho à POP porque alegam que são cargas pessoais ou então que estão a trabalhar em troca do pagamento de alguma dívida moral ou financeira.

Diante de todas essas situações, esses camionistas exigem intervenções urgentes das autoridades locais que, alegam, tem estado na corda bamba por causa da atribuição indiscriminada de licenças, sobretudo às casas comerciais, que já ganham na importação de mercadorias. É que neste caso em concreto, defendem, essas casas estão a disputar o mercado, que já é pequeno, com os camionistas, sem que ninguém levante a voz. “A Câmara de São Vicente não pode argumentar que desconhece a situação, sobretudo depois que mandou derrubar os antigos armazéns da Empa porque lá do salão nobre conseguem ver

a fila de camiões estacionados na praça. Se não actuam é porque não querem. Entretanto, somos punidos com multas que chegam a 25 mil escudos se carregarmos areia ou outro material sem a devida protecção”.

Todas as esperanças dos camionistas de São Vicente estão depositadas na recém-criada Federação Nacional dos Empregadores de Cabo Verde, Fnec, de que a Associação de Camionistas é associada. Numa primeira abordagem, conforme Soares, relataram os seus problemas e apresentaram propostas, entre as quais, a remoção do artigo 50 do B.O. de 31 de Dezembro de 1997 que tira poderes tarifários à Câmara Municipal. A ACSV pede ainda à Fnec uma análise mais cuidada da legislação dos transportes para ver se o trabalho que vem sendo feito pelos atrelados está conforme com a lei. Quanto à ACSV, em particular, a direcção garante que já fez o possível, inclusive entregar convites porta a porta, por forma a facilitar a renovação dos corpos sociais. Agora, cansados da apatia dos colegas que só sabem reclamar, vão deixar os camiões rodar à vontade do dono.

LICEU DA RIBEIRA GRANDE

Um grupo de docentes da escola secundária Suzete Delgado, na Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, acusa o director não só de promover o esbanjamento e desavenças naquele liceu, como de contratar pessoas amigas para leccionar e sem qualquer critério. A essas acusações, Humberto Freitas responde com dados, para demonstrar que na sua gestão houve melhorias na escola e quem mais beneficiou com as medidas estabelecidas foram as pessoas que agora o acusam de favoritismo.



Desacerto entre docentes e director

Um grupo de professores, que prefere guardar a anonimato nas suas denúncias, acusa Humberto Freitas de gastar centenas de contos na mudança de todas as fechaduras da escola e na reforma do sistema de iluminação "sem qualquer necessidade". Uma afirmação que o director do liceu contesta, realçando que foram feitas "despesas imprescindíveis para colmatar as deficiências de iluminação" nas escadas e nos corredores daquela escola.

Ademais, reitera Humberto Freitas, as despesas não ultrapassam cem mil escudos e foram feitas em benefício dos alunos e da própria escola. "Não faz sentido uma escola, que recebe alunos das 8 às 22 horas, ter os corredores e as escadas mal iluminados, porque estaríamos a pôr em perigo a integridade física das pessoas. Por outro lado, mudámos algumas fechaduras que estavam deficientes para preservar o património da escola", explica o director da Suzete Delgado.

No entanto, os delatores afirmam que Freitas promove a discórdia naquele estabelecimento de ensino, começando na própria equipa que ele mesmo escolheu para a direcção. Não será à toa, sublinha um dos denunciantes numa carta-aberta à ministra de Educação, que no curto espaço de um mês, dois membros da direcção tenham pedido demissão dos respectivos cargos por divergências com o director.

Uma questão que Humberto Freitas considera "normal" até porque, havendo discordância de ponto de vista, acha salutar que cada um opte pelo caminho que lhe convém. Outrossim, adianta aquele responsável, "porque durante anos não se promoveu uma cultura

institucional na escola, e estando agora em funções uma equipa quase totalmente renovada, era normal que alguns dos seus membros tivessem problemas em adaptar-se aos desafios. E foi isso apenas que aconteceu".

Seja como for, os denunciantes entendem que todos esses problemas advêm do facto de Freitas ser "uma pessoa de poucas relações, que não dialoga com o corpo docente, e promove o amiguismo na escola". Aliás, revelam que a maioria dos novos professores entrou no liceu sem sequer passar por uma entrevista ou um teste. A única excepção, reafirmam, foi o caso de um candidato a professor de inglês que terá sido submetido a "uma avaliação mais pormenorizada, por causa das relações familiares que tem com o anterior director" daquele estabelecimento de ensino.

Falta de docentes e reacção dos estudantes

Esses mesmos queixosos atribuem, ainda, a Humberto Freitas a responsabilidade não só de algumas turmas do 12º ano ficarem até ao início deste mês sem professores de informática e inglês, como também de não existirem ainda coordenadores para as disciplinas de matemática e de FPS no primeiro ciclo. Uma situação que, conforme *A Semana* apurou, deixou a classe estudantil angustiada, tendo em conta que esse atraso poderá ter consequências melindrosas no seu futuro próximo. Com efeito, alguns temem repetir o 12º ano pois só agora, já no fim deste segundo trimestre, começaram a ter aulas de informática e de inglês.

Assim, e talvez conscientes das desavenças entre a direcção e alguns docentes, os alu-

nos de Suzete Delgado decidiram reactivar a associação estudantil para terem voz activa na resolução dos problemas da escola. E, em poucos dias, a mobilização foi tanta que já existem três listas concorrentes à liderança da referida agremiação de estudantes.

Entretanto, sobre a escolha dos novos docentes, Humberto Freitas esclarece que a direcção do liceu apenas deu o seu parecer favorável a determinados candidatos, baseando-se nos seus percursos académicos. "Não é razoável sequer acusar-me de contratar este ou aquele docente, porque nós só damos o parecer; a contratação é da responsabilidade do Ministério. E sobre o candidato a professor de inglês, deve-se realçar que a decisão dos coordenadores da disciplina não foi favorável à sua contratação", explica o director.

Freitas não escapou, tão pouco à acusações de fomentar o mal-estar na secretaria da escola e de desprezar a representante do Ministério da Educação na Ribeira Grande. "Algumas pessoas que trabalhavam na secretaria saíram porque não aguentavam mais as pressões do director, e sabemos que a delegada do MEVRH está sem voz em relação a essas matérias", assevera um dos denunciantes.

Em sua defesa, o director do Suzete Delgado afirma que essas "são informações caluniosas" e não descarta a possibilidade de procurar repor a verdade dos factos em fórum próprio. "Até ao momento, não tenho agido de forma mais concludente porque estamos numa fase de mudança, e é normal que os docentes critiquem determinadas medidas. Só que há exageros que não se pode aturar", reage Freitas, para quem "as pessoas que usam pseudónimos para atacar a direcção

da escola nos jornais estão a prestar um péssimo serviço à formação dos seus discentes".

Outrossim, aquele responsável garante que os maiores beneficiados das mudanças introduzidas na escola são justamente os seus delatores. É que "durante anos pediram o pagamento das aulas do pós-laboral de acordo com a sua categoria e isso só foi possível agora". Além disso, em virtude do aumento das turmas nocturnas, "passaram a ter melhores provimentos".

E ainda para contradizer os seus opositores, Freitas salienta que a actual direcção já tomou decisões que só beneficiam as finanças da escola e a melhoria das condições de estudo. Entre essas medidas, o director cita o alargamento do horário de funcionamento da cantina, a melhoria da cobrança das propinas do pós-laboral, a elaboração de um projecto para construir uma nova biblioteca e um espaço de lazer, mais salas de informática para os alunos e docentes, etc.

Na verdade, nota-se que a maioria desses desacertos tem um forte cunho político-partidário, já que as denúncias partem quase sempre de adversários políticos do actual director. De todo o modo, verifica-se uma falta de comunicação entre o corpo docente e a direcção, o que só tem prejudicado o normal funcionamento daquela escola.

Nisso tudo, os alunos são os maiores lesados pois ninguém sai bem formado de uma escola onde nem mesmo os formadores se entendem. E, decerto, essa falta de comunicação e essas desavenças reflectem, pela negativa, na qualidade do ensino que cada professor presta nas salas de aula.

João Almeida Medina

Cabo Verde é líder mundial do rádio-amadorismo



O cabo-verdiano Carlos Pulu e o georgiano Alexander Teimurazov colocaram Cabo Verde no topo do ranking mundial do rádio-amadorismo. A proeza desta dupla, que trabalha em conjunto e com a mesma licença, aconteceu graças ao número de contactos realizados em 48 horas, proeza esta facilitada em parte por disporem de uma das melhores estações da Costa Africana e que fica numa zona privilegiada para contactos, o Monte Verde.

Depois de quebrarem vários records entre 2002 e 2004, esta dupla alcançou, finalmente, o primeiro lugar da tabela classificativa do rádio-amadorismo mundial. Pode até parecer insignificante, mas o facto ganha relevância quando se entende que o rádio-amadorismo é uma profissão que salva vidas. "Prestamos assistência a todos os iates que atravessam o Atlântico, fornecendo informações meteorológicas ou simplesmente força anímica. Aliás, temos vários exemplos concretos de pessoas que sofreram acidentes no alto

mar e que orientámos até chegarem ao porto", indica Pulu.

Mas a assistência "virtual" prestada precisa ser revista, porque cada vez menos pessoas se dedicam ao rádio-amadorismo. "Neste momento o rádio-amadorismo está praticamente paralisado porque, segundo nos informaram, o governo pretende alterar a legislação. Já agora alerta para terem atenção à questão da atribuição das licenças para nacionais e estrangeiros. Temos poucas pessoas no activo, mas é preciso cuidado para que não venha a acontecer uma 'invasão', sobretudo de estrangeiros".

Relativamente a Alexander Teimurazov, explica Pulu, trabalham com uma licença comum, e foi essencialmente graças ao seu esforço que estamos no topo do ranking mundial do rádio-amadorismo. "É uma pessoa activa a nível do rádio-amadorismo. Conhecemo-nos via rádio, ele quis conhecer Cabo Verde, gostou e hoje possui autorização de residência. Estamos numa zona ideal para contactos de rádio-amadorismo", conclui Pulu, lembrando que este é um hobby que exige investimentos em equipamentos caros

CP

Cocaína adulterada em São Vicente



O consumo de cocaína no seio da juventude mindelense atingiu o nível de alerta vermelho, segundo apreciação do psicoterapeuta Augusto Neves. Tanto rapazes como moças, na faixa etária dos vinte anos, caíram no vício da coca, um produto que, afirma Neves, baixou de preço no mercado e é vendido em quase todas as esquinas da cidade do Mindelo.

“Temos vindo a acompanhar a toxicodependência em São Vicente há alguns anos. Antes havia um grupo especial de consumidores de heroína, embora utilizassem também a cocaína. Na altura, a situação parecia-me preocupante porque via o percurso desse caminho. O quadro actual é mesmo alarmante”, afirma o psicólogo.

Determinados factores estarão a contribuir para o aumento do consumo da cocaína, em São Vicente, na perspectiva deste médico da saúde mental: a oferta a preços baixos, o número de traficantes, a má qualidade do produto, a forma permissiva como a sociedade encara o uso de determinadas drogas. Aliás, alguns consumidores chegaram a dar entrada no banco de Ur-

gência de São Vicente, no decurso deste mês, com sintomas de abstinência, mas correm rumores de que todos consumiram uma droga super viciada, que lhes provocou desorientação a nível psicológico.

Vários jovens toxicodependentes faleceram nos últimos tempos na cidade do Mindelo. Alguns deles eram seropositivos mas um consumidor garante que os seus organismos estavam mais debilitados pelo tipo de droga do que pela acção do vírus da Sida. “É claro que as duas coisas coabitam lá no corpo mas digo isto porque os sintomas são drásticos”, diz um consumidor, sob anonimato, ciente da necessidade das autoridades policiais apertarem o cerco ao tráfico de drogas pesadas, na ilha do Porto Grande.

“Antigamente, os consumidores de heroína apresentavam o sintoma clássico de abstinência: frio, insónia, dor pelo corpo, diarreia. Actualmente, alguns chegam ao hospital e entram em coma”, alerta Augusto Neves, para quem a cocaína, um estimulante do sistema nervoso, tornou-se a droga de eleição na camada jovem. Este pro-

duto está a ser consumido tanto pelos homens como pelas mulheres, muitos deles estudantes. Segundo Neves, há alunos dependentes da cocaína e que estão nos grupos de tratamento psicoterapêutico.

A sociedade cabo-verdiana começa a revelar uma certa tolerância em relação ao consumo de drogas, atitude que, na perspectiva do médico, só vai dar mais campo de manobra ao narcotráfico. Como explica, a toxicodependência é considerada uma doença da vontade, com um índice de recuperação baixo. O usuário, alega o médico, tem de fazer um esforço sobre-humano para suportar a abstinência e abandonar o consumo.

Uma expressiva percentagem dos consumidores em tratamento no hospital de São Vicente tem a consciência do seu estado de dependência e tenta lutar para livrar-se da cocaína. Porém, uma ínfima parte consegue vencer essa batalha.

Talvez movidos pelo medo de poderem contrair doenças infecciosas, nomeadamente a Sida, os consumidores de cocaína tentam evitar a forma injectável. Mas, se-

gundo Augusto Neves, devido ao fraco poder económico, “os usuários recorrem aos mesmos métodos para conseguir o dinheiro ou a droga, muitas vezes colocando-se em situações de risco eminente.”

“Tendo em conta o aumento do consumo da droga, há também um aumento dos problemas relacionados com a toxicodependência, independentemente da forma como as substâncias são administradas, pois a maneira de obtenção dos produtos e os locais onde se dá o fenómeno são os mesmos, para todos os grupos”, afirma o médico, realçando que o hospital Baptista de Sousa tem desempenhado a sua função nessa matéria, disponibilizando técnicos e locais de internamento.

Contudo, defende a criação de um espaço fora dos limites da cidade, destinado essencialmente aos toxicodependentes. Aliás, existe um projecto nesse sentido, acarinhado por um grupo de cidadãos, e que será brevemente apresentado à Câmara de São Vicente. “A sociedade, acrescenta, pode tomar essa responsabilidade.”

Kim-Zé Brito

Sexta-feira, 18 de Março de 2005

Ministério da Saúde planifica gestão de recursos humanos e de informação sanitária

Serão hoje apresentadas as conclusões dos ateliers de validação de dois planos estratégicos para a área da saúde, cujo período de execução se inicia neste ano, terminando em 2014. Estes dois documentos visam uma planificação e posterior delineamento de medidas que materializem as intenções agora propostas, no que toca às áreas de gestão dos recursos humanos e de reorganização do Sistema Nacional de Informação Sanitária (SNIS).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Saúde, um dos documentos discutidos ao longo dos últimos três dias, tem como objectivo geral uma melhor gestão dos trabalhadores da saúde, contemplando questões como quantidade e qualidade destes profissionais. Este plano apresenta como linha orientadora, a procura de uma maior eficácia na resposta do Serviço Nacional de Saúde às necessidades da população.

Segundo Margarida Cardoso, directora do Gabinete de

Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Saúde, “este documento vai permitir, entre outros pontos, evitar a concentração de recursos humanos em determinadas áreas de especialidade, para além de ter também em conta questões de complementaridade”. Segundo explica, “não posso ter um cirurgião, por exemplo, sem termos anestesistas, ou não faz sentido investir em material mais avançado tecnologicamente sem termos equipas de manutenção desses materiais”.

A distribuição racional do pessoal de saúde através de todo o país é também uma questão contemplada neste plano. Para Margarida Cardoso, em conjunto com “as melhorias dos serviços hospitalares”, este poderá ser um ponto determinante para a “diminuição das evacuações internas de doentes”.

Este plano pretende ainda “assegurar a retenção do pessoal de saúde no país”, combatendo a saída de qua-

dro para o exterior, através de “medidas de incentivo”. Segundo a directora do GEP, estas medidas “não passam obrigatoriamente por incentivos financeiros, mas principalmente pela maior implicação dos profissionais na tomada de decisões a eles referentes”.

Por outro lado, o Plano Estratégico do SNIS — Sistema Nacional de Informação Sanitária, também validado ao longo dos últimos três dias, tem como grande objectivo, de acordo com Margarida Cardoso, “um maior reforço da integração dos vários sub sistemas de forma mais coerente dentro do SNIS, de forma a torná-lo mais eficaz”. Segundo a mesma, esta medida é “determinante”, uma vez que o SNIS é “um pilar fundamental para a planificação e desenvolvimento de medidas a tomar nas questões da saúde pública”, uma vez que tem como função a obtenção de dados sobre variáveis importantes como a mortalidade, natalidade, tuberculose e SIDA, entre outras. Pedro Cardoso



PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE II

Página quinzenal de informação e sensibilização

FINANCIAMENTO DO PANA II

Holanda na linha da frente



Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas e o Embaixador dos Países Baixos em Cabo Verde

A implementação do segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) e o sucesso das políticas e projectos que o fundamentam e lhe dão corpo, vão depender em grande medida, nos próximos 10 anos, da vontade política dos diferentes níveis de poder implicados e do empenhamento das autoridades técnicas encarregadas da sua execução e supervisão, para além do envolvimento activo e responsável das populações que beneficia, ou seja, de todos os cabo-verdianos. Mas a reunião de todos estes factores resultará insuficiente se não forem mobilizados os recursos financeiros. Daí a importância de parceiros como o governo holandês que, para além de contribuir com a disponibilização de um apoio técnico inestimável, assume-se, até ao momento, como o principal financiador do PANA II.

Esta disponibilidade voltou a ser reafirmada no passado dia 10 de Março, durante um atelier sobre Apoio Orçamental dos Países-Baixos a Cabo Verde, tendo em vista a disponibilização de recursos financeiros para o sector do ambiente e, concretamente, para a implementação do PANA II. Nesse quadro, o governo holandês deverá disponibilizar, dentro em breve, a quantia de 10 milhões de Euros, montante que cobrirá o período 2005/2006.

A modalidade escolhida, como já foi referido, é a de dotação directa do Orçamento de Estado (OE), uma prova da confiança que Cabo Verde merece desse seu parceiro, não só devido à boa gestão que vem sendo feita dos recursos disponibilizados pela comunidade internacional como também, e este factor não é menos importante, em consideração pela sensibilidade que as autoridades nacionais vêm demonstrando em relação à questão ambiental. A convenção de financiamento será assinada dentro de poucas semanas, após um atelier técnico de fixação dos mecanismos de gestão desses recursos.

O embaixador dos Países-Baixos em

Cabo Verde, Jos van Aggelen, que co-presidiu o seminário, fez questão de salientar estes dois aspectos no seu discurso de abertura, tendo anunciado igualmente que o seu governo vai conceder a Cabo Verde uma verba suplementar de 500 mil euros anuais, destinados a "ajudar a ultrapassar os estrangulamentos que possam surgir" na implementação da ajuda orçamental de financiamento do PANA II.

GESTÃO DIRECTA DOS FUNDOS

Para o embaixador, a opção por essa modalidade por parte do governo holandês significa um rompimento com o passado, marcado pela "gestão directa dos fundos concedidos" por pessoas indigitadas pelo próprio governo dos Países-Baixos.

"No novo quadro que preconizamos, é o governo cabo-verdiano quem monitoriza, define as políticas e organiza a gestão orçamental, respondendo directamente perante os seus eleitores pela boa utilização desses recursos", explicou o diplomata.

Assim, adiantou, de acordo com o novo quadro de relacionamento, a embaixada da Holanda limitar-se-á a um "diálogo político" com o governo de Cabo Verde sobre os "objectivos, a eficácia, a transparência orçamental e os resultados da utilização dos recursos concedidos, no sector do ambiente".

O embaixador elogiou a qualidade do PANA II enquanto "documento que estrutura todas as acções no domínio do ambiente em Cabo Verde", destacando o facto de ter sido elaborado com a participação de "todos os actores que têm intervenção, directa ou indirecta, na política ambiental do país".

GARANTIA DE GOVERNAÇÃO AMBIENTAL

A abertura do atelier foi presidida pelo primeiro-ministro de Cabo Verde, que enfatizou a importância que o executivo atribui à questão do ambiente, considerando que qualquer governo cabo-verdiano tem a obrigação de orientar a sua acção por uma "governança ambiental".

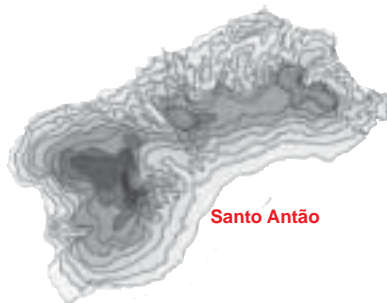
O envolvimento da Holanda na imple-

mentação do PANA II e o facto de esse apoio se materializar através de ajuda ao orçamento foi, aliás, visto por José Maria Neves como um "reconhecimento da sensibilidade" do actual executivo em relação às questões ambientais.

O chefe de governo aproveitou a oportunidade para se congratular com o facto de Cabo Verde ter voltado, após vários anos de ausência, para a lista de "países prioritários de concentração da ajuda" holandesa, o que agradeceu particularmente.

O atelier, que também procedeu à análise do quadro institucional necessário à execução do PANA II e à sensibilização de outros parceiros internacionais no sentido de participarem no seu financiamento e execução, produziu algumas recomendações, de que se destaca o encorajamento às autoridades cabo-verdianas para que ultimem rapidamente, tanto a nível central como municipal, os mecanismos de implementação, monitorização, gestão e supervisão do plano, para além dos dispositivos necessários a uma gestão eficaz dos recursos destinados ao PANA e aos projectos que o integram.

Sexta-feira, 18 de Março de 2005



Santo Antão

Realizou-se no passado dia 08 de Março, na cidade da Praia, o lançamento oficial do projecto de Gestão Integrada e Participada dos Ecossistemas, em que se deu a conhecer aos participantes, oriundos dos mais diferentes sectores de actividade, os fundamentos do projecto, que incide sobre as várias áreas protegidas já delimitadas em Cabo Verde.

Fogo

Lançado projecto de áreas protegidas



São Nicolau

Criadas há algum tempo e beneficiando de uma legislação protectora suficiente e articulada com as necessidades das populações locais, essas áreas protegidas, ou parques naturais, para se utilizar uma linguagem mais comum, abarcam diferentes ecossistemas marinhos e terrestres.

São cinco as ilhas onde já existem áreas protegidas. Santo Antão tem três, que são

Cova, Ribeira da Torre e Ribeira de Paul, que totalizam 3.217 hectares. Em São Vicente há o Monte Verde, com 800 hectares e, em São Nicolau, o Monte Gordo, cuja extensão é de 3.500 hectares. Na ilha de Santiago a zona identificada como área protegida é a da Serra Malagueta, que totaliza 2.600 hectares, enquanto a ilha do Fogo alberga a maior de todas, composta pela Bordeira e pela Chã das Caldeiras, com uma extensão total de 6.600 hectares. A ilha de Santa Luzia, a mais pequena do arquipélago é, toda ela, uma área cujos ecossistemas, terrestre e marinho, estão integral-



São Vicente

mente protegidos.

O projecto de Gestão Integrada e Participada dos Ecossistemas constitui, como não podia deixar de ser, uma das valências do Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II), uma vez que se trata do instrumento estratégico de enquadramento e orientação de todas as políticas e acções a desenvolver em Cabo Verde, no domínio do ambiente, nos próximos 10 anos.

Santiago